



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas - Em 30 de junho de 2023 - (Em milhares de reais)

O contrato de concessão inclui a recuperação ambiental do "lixão" que recebeu resíduos desse município durante 24 anos. A CTRBM recebe entre 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoeletrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho")*: A ETR Gramacho tem como objeto o transporte e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) *Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa")*: A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. Atualmente, a Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candieiras"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 5.000 toneladas diárias de resíduos. *Alteração de plano de negócios*: Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda., tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Em 31 de maio de 2022, a Ecopesa foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data de incorporação. f) *Foxx URE-BA*: A Foxx URE-BA é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx URE-BA tem como objeto a participação em projetos comerciais comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. g) *Foxx URE-BA*: A Foxx URE-BA é uma sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e o do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos. A Foxx URE-BA é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. Nos exercícios de 2021 e 2022, a Foxx URE-BA participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 01 de janeiro de 2026, a URE-BA comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R\$163,64/MWh, totalizando cerca de R\$1,3 bilhão, com período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A URE-BA terá uma potência instalada de 20 MWc, com capacidade de tratamento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. *Alteração de participação societária*: Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia alienou 20% (vinte por cento) do capital social da Foxx URE-BA Ambiental S.A. ("URE-BA"), subsidiária indireta da OrizonVR, para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp (pelo valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)). O ganho líquido de R\$28.313, decorrente desta operação, é consequência da baixa de 20% do acervo líquido da Foxx URE-BA, no montante de R\$11.687 e do reconhecimento da venda de R\$40.000, cujo saldo foi integralmente recebido na data de aterro da operação. Uma vez que o Grupo manteve o controle da Foxx URE-BA, o resultado desta operação foi registrado no patrimônio líquido. h) *Orizon Pantanal (Antiga "Orizon Locações Ltda")*: A Orizon Orizon Locação Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objetivo participar em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas da Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Foxx URE-BA Ambiental S.A. ("Foxx URE-BA") e a Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), alienaram suas participações societárias direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. A CGR Cuiabá está recebendo entre 700 e 1.000 toneladas diárias de municípios e clientes privados. i) *Foxx URE-JP*: A Foxx URE-JP é concessionária única ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objetivo social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A empresa tem motogeradores para a geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. Em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de contrato de concessão por 20 anos, cuja nova vigência será até 29/05/2043. j) *FIDOC Orizon - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padroneizados*: Em 10 de dezembro de 2020, a Orizon assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padroneizados ("FIDOC Orizon"), CNPJ nº 37.737.564/0001-11, administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDOC ORIZON, cuja integralização de recursos ocorreu em 11 de dezembro de 2020, no montante de R\$8.000. O Fundo foi destinado à aplicação exclusivamente por único cotista (Orizon VR), que qualifica como Investidor Profissional, nos termos regulamentos aplicáveis, e é detentor de debêntures emitidas pela Estre Ambiental S.A. Determinados créditos do FIDOC Orizon foram cedidos como parte do pagamento pela aquisição das 07 SPES, divulgada em Fato Relevante de 19 de abril de 2022, tendo sido avaliado nesta transação no montante de R\$8.483. k) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA ("UTM Jaboatão") - Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco*: Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3º trimestre de 2022. l) *Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá") e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental") - Combinação de negócios*: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controladora indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada ("CGR Ambiental" e "CGR Cuiabá", respectivamente). As empresas foram adquiridas como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. A aquisição ocorreu da seguinte forma: • Preço da aquisição: R\$66.000 com o seguinte cronograma de pagamento: (1) R\$46.000 liquidada na data do fechamento; (2) R\$10.000 liquidados 30 dias após a data de fechamento; (3) R\$5.000 liquidados 60 dias após a data de fechamento; (4) R\$5.000 com vencimento em até 5 anos, que será corrigido a partir da data de fechamento pela variação correspondente de 105% da Taxa DI. Em 30 de junho de 2023, a Companhia possui reconhecimento no seu contas a pagar no montante de R\$3.601. A Companhia tem a intenção de operacionalizar a gestão deste aterro com outro player do setor e vem discutindo as condições contratuais para a conclusão desta negociação. No início de 2023, a Companhia começou a quitar junto aos vendedores parte do valor anteriormente retido, atendendo ao acordo firmado que determina que o saldo corrigido será liberado a razão de 20% ao ano, perfazendo o total de 100% no final de 5 anos. *Período de mensuração de Preço Allocated ("PPA")*: A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer. A Administração tem a intenção de incorporar e/ou fundir as CGR Cuiabá e Ambiental, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais; dessa forma, considerou as bases fiscais dos ativos e passivos iguais às bases contábeis, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados aos ativos. m) *SPES UPis Estre ("UPis Estre")*: O Conselho de Administração do Grupo Orizon aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos crediários gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (*stalking horse*), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") formada por 08 ativos, sendo 07 aterros sanitários e 01 planta de biogás, com capacidade de 1,5 milhões de toneladas anuais, em São Paulo. A administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis, com base em seu envolvimento com a investida e viver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controladora, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, e dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue: **Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:**

quer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca dos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultando no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:		
Vencidos até 30 dias	58.050	54.875
Vencidos de 31 a 60 dias	13.695	18.235
Vencidos de 61 a 90 dias	6.682	4.172
Vencidos de 91 a 180 dias	2.437	5.721
Vencidos de 181 a 360 dias	13.919	7.707
Vencidos acima de 360 dias	26.577	27.532
Total	215.150	197.281
Total	335.910	315.523

Patrimônio líquido da CTR Porto Velho
% participação adquirida
Total adquirido
Ativos líquidos identificáveis a valor justo
Preço de aquisição - Contraprestação
10.000

Des saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG, no montante de R\$37.247, R\$33.563 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias (neste montante está incluído o saldo discutido judicialmente de R\$14.360) e R\$3.684 estão classificados na faixa de vencido. Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, atualmente contabilizados, porém, somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de junho de 2023 é como segue:

Controladas em conjunto: a) *UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia")*: Em 16 de dezembro de 2021, foi celebrado Instrumento Particular de Mútuo com Confissão de Dívida e Outras Avenças, por meio do qual a Orizon Meio Ambiente concedeu determinado crédito para a Energia do Brasil S.A. ("Gera") e Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), para fazer frente aos investimentos iniciais do projeto no âmbito da constituição da UTE Paulínia, sendo que tal mútuo foi quitado em janeiro de 2022. A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com as empresas supracitadas, visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 157 MW médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o fomento dos totais 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com o preenchimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R\$18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação, prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidado da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 30 de junho de 2023, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R\$125.436, refletindo a operação total da usina térmica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. b) *SES Háztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Háztec")*: A SES Háztec foi constituída no dia 05 de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Háztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase de encerramento. c) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon")*: A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insuomos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) *CTR Santa Luzia ("CTR SL")*: Em 10 de abril, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controladora Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL será distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urberas S.A. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início de operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades e volume de resíduos sob gestão permitindo ainda a implantação de opcionalidades, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros. A transação foi concluída após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Análise de redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros*: Em 30 de junho de 2023, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia, diante da ausência de indicativos de *impairment*.

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	(162.610)	(36.412)
Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.018)	(5.174)
Saldo oriundo de aquisição de empresa	-	(121.024)
Saldo no fim do período/exercício	(167.628)	(162.610)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinadas clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2023. Conforme detalhado na Nota 1.d, há crédito de firmação pela controlada indireta CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022	
Saldo em 1º de janeiro e 2022	14.660	-	
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.660	-	
Parcelas recebidas em 2023	(300)	14.660	
Saldo em 30 de junho de 2023	13.360	-	
Conforme descrito na nota 1, houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. Em 24 de março de 2023, a PMSG efetuou pagamento da primeira parcela do novo acordo firmado, no montante de R\$300. <i>Comercialização de créditos de carbono (Consolidado)</i> : As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhados no quadro abaixo:			
Movimentação do acordo			
Período de	Quantidade de	Saldo	
Empresa	geração de créditos	CER's (CO2eq)	(R\$ Mil)
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	11.942
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	8.956
Orizon Meio Ambiente (Saldo incorporado da Ecopesa)	01-01-21 a 31-12-21	491	10.407
FOXX URE-JP	01-01-21 a 31-12-21	114	2.417
			33.722

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos no início de 2023, o montante correspondeu R\$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de junho de 2023. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R\$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa e Foxx URE-JP. O montante atualizado para 30 de junho de 2023, considerando o efeito da variação cambial é de R\$33.722 (R\$38.511 em 31 de dezembro de 2022). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estar sujeito a volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1) Desenvolvimento do projeto; 2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc.); 3) Envio do projeto para a nova entidade; 4) Revisão do projeto pela nova entidade; 5) Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) ou Gold Standard.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES
a) *Impostos e contribuições a recuperar*

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi concedida em 14 de agosto de 2023. Conforme Orientação Técnica OPCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2023 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de junho de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e viver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controladora, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, e dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Impostos a recuperar				
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	2.869	1.802	10.881	5.161
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	-	-	1.696	1.451
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	3.466	871
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	1.277	701
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	3.320	3.145
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	101	101
Outros impostos a recuperar	13	13	543	436
Subtotal - tributos federais	2.882	1.815	21.884	11.866
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	211	774
Subtotal - tributos estaduais	-	-	211	774
Imposto sobre Serviços (ISS)	-	-	3.995	1.267
Subtotal - tributos municipais	-	-	3.995	1.267
Total	2.882	1.815	26.090	13.907

Controladas da Orizon Meio Ambiente:

(*) Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, além de impostos retidos das aplicações financeiras.
b) *Impostos e contribuições a recolher:*

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	951	1.365
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	71	3.038	8.141	12.062
Programa de Integração Social (PIS)	12	494	1.741	5.349
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	3.195	3.215
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	9.284	7.131
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	4.960	9.144
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	766	766	1.508	1.440
Outros impostos (*)	16	22	7.216	8.967
Total	865	4.320	36.996	48.673

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.
a) *Cancilação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período:* A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é como segue:

Controladas diretas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.149)	(11.970)	7.039	8.639
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	1.751	4.070	(2.393)	(2.937)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	3.702	9.285	1.041	(1.917)
Doações	-	-	450	-
Créditos tributários (não constituídos)	(5.453)	(13.355)	(8.988)	(14.105)
Total do Imposto de renda e contribuição social	-	-	(8.990)	(18.959)
Alíquota efetiva (*)	-	-	141%	219%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(8.990)	(18.959)

Controladas da Orizon Compostagem Ltda.

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.149)	(11.970)	7.039	8.639
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	1.751	4.070	(2.393)	(2.937)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	3.702	9.285	1.041	(1.917)
Doações	-	-	450	-
Créditos tributários (não constituídos)	(5.453)	(13.355)	(8.988)	(14.105)
Total do Imposto de renda e contribuição social	-	-	(8.990)	(18.959)
Alíquota efetiva (*)	-	-	141%	219%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(8.990)	(18.959)

Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	141.940	141.940		
Diferenças temporárias			56.994	55.287
Provisão de créditos para liquidação duvidosa			6.668	8.526
Provisão para contingências			(73.585)	(74.372)
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade			132.017	131.381

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ativo

	30/06/2023	31/12/2
--	------------	---------



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas - Em 30 de junho de 2023 - (Em milhares de reais)

e) PIS e COFINS diferidos: Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Instrumento financeiro mensurado à valor justo	89.001	89.001
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	4.139	4.139

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Partes relacionadas - Ativo				
Orizon Meio Ambiente (1)	227.995	184.064	-	-
Foxx Holding (1)	4.147	4.147	-	-
CTR Nova Iguaçu (1)	1.828	1.828	-	-
LS Participações (2)	-	-	9.791	7.713
Gera Energia Brasil (3)	-	-	153	153
Total	233.970	190.039	9.944	7.866

(1) Na Foxx Holding e CTR Nova Iguaçu, os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceio, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterro, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R\$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, principalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com o acionista não controlador da FOX URE-JP, a LS Participações. (3) Conforme mencionado na nota 1, no final de 2021 a controlada Orizon Meio Ambiente firmou associação com as empresas Gera e Mercúrio para participação no capital social da UTE Paulínia. Para tanto, em um primeiro momento, a Orizon Meio Ambiente desmembrou os primeiros recursos para o arranque da planta, financiando as demais sócias via contrato de mútuo, com remuneração fixada pela variação positiva do IPCA + 1% a.m., com vencimento em 14/01/2022. Os valores foram substancialmente recebidos no início de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Partes relacionadas - Passivo				
ORIZON MEIO AMBIENTE (4)	-	108.261	-	-
CTRBM (1)	18.113	18.113	-	-
CTRA Alcântara (1)	8.632	8.632	-	-
FOXX URE-BA (1)	5.217	5.217	-	-
FOXX INOVA (1)	11.671	11.670	-	-
UTE PAULÍNIA VERDE (3)	-	-	11.118	3.619
Pagamento baseado em ações (2)	-	32.255	-	32.255
Total	43.633	184.148	11.118	35.874

Circulante - 32.255 / Não circulante - 43.633 / 151.893 / 11.118 / 3.619. (1) Referem-se a transações de conta corrente, oriundas de valores transferidos para pagamento das debêntures emitidas pela ORIZON. (2) Referem-se a remuneração da Administração por desempenho. (3) Referem-se à antecipação de dividendos. (4) Referem-se a recursos captados pela OMA em 2022, através de emissão de debêntures, transferidos para a OVR com a finalidade de conta corrente. Pagamento baseado em ações liquidado em caixa: No 1º trimestre de 2021, a Companhia registrou em seu passivo e no resultado do período, em despesas com pessoal, o montante de R\$38.248 referente a pagamento baseado em ações em função de acordo com membros do corpo executivo atrelado a evento de liquidez, no caso em questão, abertura de capital da Companhia para negociação de suas ações na B3, que ocorreu em fevereiro de 2021. A movimentação dos saldos no exercício está apresentada abaixo:

Movimentação do saldo	
Saldo constituído em fevereiro de 2022	28.507
Pagamentos	(8.079)
Atualizações	11.827
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.255
Pagamentos	(32.255)
Saldo em 30 de junho de 2023	-

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia quitou o saldo integral referente ao pagamento baseado em ações, tendo sido R\$718 mil em transferência de recursos e o saldo remanescente via entrega de novas ações emitidas. Uma vez que o preço das ações foi definido a R\$39,70 no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no período corrente houve apenas a quitação do saldo em aberto. A remuneração em questão foi submetida às aprovações societárias competentes, no âmbito do Conselho de Administração. **Transações de Conta-Corrente:** Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a primeira é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou qualquer formalização de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas na consolidação do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Remuneração do pessoal-chave da Administração	4.059	6.037

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das S/A (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Adicionalmente, exceto pelo mencionado no tópico de pagamento baseado em ações a Companhia não mantém nenhum outro programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

10. IMOBILIZAÇÃO (CONSOLIDADO)

Imobilizado, líquido	Benefiteiros em		Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Combinação de negócios (3)	Total
	Terrenos	Veículos					
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.434	4.146		4.583	4.529	51.599	9.760
Saldo oriundo de aquisições de empresas	16.145	5.881		-	1.854	42.464	354
Adições	-	-		-	1.218	3.911	7
Ativo mantido pra venda	(7)	-		(109)	(361)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	10.027		4.474	7.240	97.974	10.121
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-		-	-	20.950	-
Adições	7	981		109	519	4.239	97.698
Reclassificações	-	-		-	-	-	6.120
Saldo em 30 de junho de 2023	36.579	11.008		4.583	7.759	102.213	1.757.743
Depreciação acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	(3.704)		(471)	(3.326)	(39.590)	(48.458)
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	(4.909)		-	(1.309)	(25.396)	(57)
Adições	-	(1.186)		(12)	(497)	(5.097)	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(9.799)		(483)	(5.132)	(70.083)	(8.637)
Adições	-	(759)		(7)	(198)	(8.515)	(122)
Saldo em 30 de junho de 2023	-	(10.558)		(490)	(5.330)	(78.595)	(8.759)
Imobilizado, líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	228	1.484	3.991	2.108	27.891	671.042
Saldo em 30 de junho de 2023	36.579	450	1.362	4.093	2.429	23.615	729.590
Vida útil média (anos)	-	5	-	25	10	10	10

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 20% a.a.), a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no uso e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia realizou a análise de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chave sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos, mas mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Intangível, líquido	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Aquisições:		
Naviger Eco-Energia Ltda. (i)	3.533	3.533
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	35.235	35.235
Carteira de clientes	260	347
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	8.065	8.065
El Capitan Participações e Investimentos S.A. (ii)	10.107	10.107
Gaia - Gestão Ambiental da Indústria Ltda. (i)	14.933	14.933
E-Ambiental Ltda. (i)	3.990	3.990
Haztec Sul Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda. (i)	107	107
ETR Gramacho (i)	2.731	2.731
SPES UPI Estre		
Licenças	364.475	381.644
Carteira de clientes	2.485	2.620
Provisão para realização de alocação de preço de compra	-	(4.799)
CGR Cuiabá/CGR Ambiental		
Licenças	57.675	58.903
Provisão para fechamento de aterro	(2.045)	(2.045)
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	501.551	515.371
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	7.150	7.456
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	1.049	1.197
Subtotal - concessões	8.199	8.653
Condonantes das licenças de operação (LOs)	962	908
Software	802	590
Total	511.514	525.522

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) Ágio oriundo de incorporação reversa realizada em 2007.

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	90.841	452.336
Alocação de preço de compra	181	181
Amortização - mais-valia	(11.964)	(11.964)
Provisão para realização de alocação de preço de compra	(4.799)	(4.799)
Amortização dos intangíveis de concessão	(1.008)	(1.008)
Amortização de outros intangíveis	(65)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	525.522	525.522
Adição de intangíveis	401	401
Amortização - mais-valia	(12.499)	(12.499)
Reclassificação	(1.321)	(1.321)
Amortização dos intangíveis de concessão	(454)	(454)
Amortização de outros intangíveis	(135)	(135)
Saldo em 30 de junho de 2023	511.514	511.514

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Outros ativos:				
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	-	2.131	1.092
Adiantamentos a fornecedores (3)	1.026	976	14.741	17.376
Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4)	-	-	10.597	23.894
Ativo mantido para venda (5)	-	-	16.798	16.798
Outros (6)	-	-	14.927	14.564
Total	1.026	976	65.044	79.574

Circulante - 1.026 / Não circulante - 976 / 59.864 / 66.610. (1) Referem-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fix mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da pericia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Referem-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, dentre outros). (3) Referem-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Referem-se a adiantamentos realizados para aquisição de novos aterros, em linha com plano de expansão dos negócios da Companhia, incluindo recursos antecipados no âmbito da aquisição do aterro sanitário de Santa Luzia (MG) e Porto Velho. (5) Em 2022, a Companhia decidiu encerrar a atividade da unidade incineradora oriunda da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, a Companhia está mantendo nesta rubrica os saldos de ativo imobilizado desmobilizado em conformidade com o CPC 31, visando a venda dos mesmos. (6) A Controladora indireta CTRNI possui o montante de R\$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disso, as controladas possuem saldos de estoques de materiais que são utilizados na operação.

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Aquisições a pagar (1)	-	-	4.200	5.411
Outros títulos a pagar (2)	18	160	9.176	26.381
Provisão para fechamento aterro (3)	-	-	26.661	21.191
Total	18	160	40.037	52.983

Circulante - 18 / Não circulante - 160 / 13.376 / 31.792. (1) Referem-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1. A maior parte do saldo é referente às SPEs adquiridas e que possuem valores a pagar à Estre (antiga controladora), em detrimento de custos de operação de determinados contratos, mantidos temporariamente pela antiga sócia após a conclusão da transação, ocorrida em 19 de abril de 2022, principalmente pelo fato de alguns contratos ainda não terem sido transferidos para as SPEs pela ausência de anuências. (2) Adicionalmente, a Companhia reconhecia nesta rubrica as obrigações com o cliente Bayer, uma vez que a unidade de incineração estava localizada no parque industrial da Bayer. A operação foi encerrada por conta da descontinuidade das operações de incineração de resíduos. (3) Referem-se a valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Controladora - 30/06/2023	
	31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial
Orizon Meio Ambiente	709.571	(55.209)
Foxx Holding	45.250	7.975
Orizon Energia	17.154	29.664
Total	771.975	(17.570)

	Controladora - 31/12/2022	
	31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial
Orizon Meio Ambiente	792.181	(82.610)
Foxx Holding	27.366	6.884
Orizon Energia	-	17.154
Total	819.547	(58.572)

	Controladora - 30/06/2023	
	31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial
Ses Haztec	(158)	-
Vamtec Orizon	2.317	279
UTE Paulínia	30.940	5.496
SPE Metropolitana	10.827	749
CTR Santa Luzia	-	28.432
Total	43.926	29.181

(i) Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) IFRS 11 - Negócios em Conjunto, as investidas em que a Companhia possui controle compartilhado, não são consolidadas.

	Controladora - 31/12/2022	
	31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial
Ses Haztec	(158)	-
Vamtec Orizon	2.317	315
UTE Paulínia	2.420	7.962
SPE Metropolitana (i)	-	11.384
Total	4.264	31.942

(i) Referente ao investimento societário da SPE Metropolitana na controlada em conjunto Metropolitana Serviços Ambientais

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

	Orizon		Vamtec		SES		Paulínia		UTE		SPE		Orizon	
	Meio Ambiente	Foxx	Orizon (i)	Haztec (i)	(i)	(i)	politana	Orizon Energia						
Investimento	654.362	53.225	5.192	(316)	109.308	23.262	93.636							
Patrimônio líquido em:														
30/06/2023	654.362	53.225	5.											



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas - Em 30 de junho de 2023 - (Em milhares de reais)

Conforme detalhado nesta nota, atualmente a operação está suportada por waiver obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados socialmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações principalmente, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. A emissão das debêntures objetivava o pagamento dos juros remuneratórios devidos até à respectiva data no âmbito da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações ora vigente com as mesmas instituições financeiras credoras. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Orizon. **Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples:** Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("Term Sheet") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela controladora Orizon Meio Ambiente ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R\$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R\$381.912, com efeito de dedução do *AVJ* no montante de R\$75.948. No ato da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do *AVJ*, tratado na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de *AVP* e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R\$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controladora. **Arendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. **Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):** Em 18 de outubro de 2022, a controladora Orizon Meio Ambiente assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R\$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. A movimentação dos arrendamentos para 30 de junho de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.957
Adição de novos contratos no exercício - Leasing	9.667
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	50.040
Pagamento de principal	(25.680)
Pagamento de juros	(2.849)
Juros apropriados no exercício	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.011
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	19.736
Pagamento de principal	(16.939)
Pagamento de juros	(2.043)
Juros apropriados no período	2.802
Saldo em 30 de junho de 2023	59.913

Circulante
 Não circulante
Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 30 de junho de 2023, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2024	27.398
2025	2.711
2026	1.234
2027	1.037
2028 em diante	661
Total	33.041

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 30 de junho de 2023, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	18.810
Adições no exercício	56.240
Amortização do direito de uso no exercício	(26.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.658
Adição de novos contratos	19.736
Amortização do direito de uso no exercício	(15.646)
Saldo em 30 de junho de 2023	46.848

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2023 de R\$1.535 (R\$2.375 em 31 de dezembro de 2022).

13. FORNECEDORES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado		
30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	
Fornecedores	1.541	312	50.980	65.621

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	30/06/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente	10%	101	101
CTRNI	10%	2.143	3.278
CTRAL	2%	4.003	3.350
CTRBM	6%	4.900	4.686
URE-JP	10%	894	261
Total		12.041	11.676

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora	Consolidado		
30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	
Salários e honorários a pagar	481	458	4.903	4.759
INSS a recolher	146	140	5.626	4.849
FGETS a recolher	-	-	642	748
Provisão e encargos sobre férias	-	-	13.009	10.820
Provisão e encargos sobre 13º salário	-	-	4.107	980
IRRF sobre salários	352	514	1.439	1.519
Outros	-	-	1.295	1.174
Total	979	1.112	31.021	24.849

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora	Consolidado	
30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
IRRF (4)	9.935	-	9.935
INSS (2)	597	678	9.957
ISS (1)	-	-	959
ICMS (2)	-	-	433
COFINS (2)	3.552	-	26.823
IRPJ (2)	-	-	16.146
CSLL (2)	-	-	6.942
PIS (2)	577	-	4.964
PERT (2)	-	-	13.376
Total	14.661	678	89.535

(1) O saldo em aberto em 30 de junho de 2023 refere-se à homologação de parcelamento de ISS das controladas indiretas CTR BM e CTRA. (2) Em 2014, a Orizon Meio Ambiente aderiu ao programa especial de parcelamento de ICMS (PEP) para saldos em aberto, junto ao Estado de São Paulo. O montante total parcelado foi de R\$3.525, dividido em 120 vezes. As parcelas de R\$29 vêm sendo pagas desde dezembro de 2014, sendo a última parcela com vencimento para maio de 2024. (3) Em 2019, as controladas indiretas CTRA, CTRBM, CTRNI, ETR, Ecopesa e Fox URE-BA homologaram processos de parcelamento de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) junto à Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$7.518. A dívida será quitada em 60 parcelas, corrigida por multa e juros. No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14 milhões, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelados. (4) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações, com saldo atualizado de R\$14.661 em 30 de junho de 2023. As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Valor original	Quantidade de parcelas	Parcelas a vencer	Índices de correção
INSS	4.332	54	52	Selic
ISS	3.283	21 a 81	13	Mora + IPCA
ICMS	3.167	57	14	Mora + UFIR
IRPJ	15.134	57	12 a 49	Selic
CSLL	6.482	57	12 a 49	Selic
PIS	5.693	57	12 a 49	Selic
COFINS	27.386	57	12 a 49	Selic

Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2023, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2024	5.878
2025	2.884
2026	2.884
2027 em diante	59.172
Total	70.818

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado
30/06/2023	31/12/2022
Trabalhistas	11.873
Cíveis	3.142
Tributárias	4.596
Total	19.611

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.963	188	12.009	33.160
Adições (Reversões)	(4.818)	-	4.408	(6.363)
Pagamentos	(1.415)	-	(97)	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.930	-	5.549	20.075
Adições (Reversões)	(2.038)	-	(1.521)	(3.559)
Pagamentos	(1.019)	-	(1.255)	(2.274)
Saldo em 30 de junho de 2023	11.873	-	3.142	19.611

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Fox URE-BA, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constitui provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Informações Contábeis Intermediárias

Indivíduos são conforme quadro abaixo:

	Consolidado
30/06/2023	31/12/2022
Natureza dos Processos	
Cível	77.589
Trabalhista	9.746
Tributário	264.720
Total	352.055

Abaixo, resumo dos principais processos e suas respectivas naturezas:

	Consolidado	Consolidado
30/06/2023	31/12/2022	
Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, RRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado.	46.740	43.059

Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.

	34.377	31.851
--	--------	--------

Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

	27.321	25.772
--	--------	--------

Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.

	17.658	16.324
--	--------	--------

Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2015. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

	14.250	13.108
--	--------	--------

Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2012. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

	13.351	11.398
--	--------	--------

Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

	11.182	10.590
--	--------	--------

Notificação da RFB sobre glosa do prejuízo fiscal utilizado no PERT.

	8.863	0
--	-------	---

Trata-se de pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ ao final do ano calendário de 2013.

	7.066	6.614
--	-------	-------

Notificação da RFB sobre glosa do prejuízo fiscal utilizado no PERT.

	6.194	0
--	-------	---

Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

	5.636	5.347
--	-------	-------

Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal.

	5.387	4.756
--	-------	-------

Auto de infração para cobrança de IOF sobre operação de mútuo, referente ao ano calendário 2015.

	4.724	-
--	-------	---

Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos, referente ao ano calendário de 2019.

	4.697	-
--	-------	---

Tutela provisória de urgência ajuizada com o objetivo de garantir, em caráter antecedente, para que supostos débitos de ISSQN não consubstanciem óbice à expedição de certidão de regularidade fiscal em nome da empresa.

	4.505	4.487
--	-------	-------

Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal.

	4.579	4.223
--	-------	-------

Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal.

	26.781	24.935
--	--------	--------

Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial.

	13.877	13.351
--	--------	--------

Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório.

	9.246	8.933
--	-------	-------

Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças.

	12.755	7.329
--	--------	-------

Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico.

	4.723	4.000
--	-------	-------

Ação declaratória objetivando a suspensão dos apontamentos em cadastros restritivos de crédito, bem como a percepção de eventual indenização por danos morais e materiais.

	15	3.157
--	----	-------

Cobrança de multa oriunda de supostos descumprimentos de condicionantes de licença ambiental, resultando na interdição dos setores de funcionamento da empresa.

	2.174	2.316
--	-------	-------

Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico.

	2.125	1.287
--	-------	-------

Trabalhista

	Consolidado	Consolidado
30/06/2023	31/12/2022	
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.	2.732	3.000
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.	656	636
Outros processos trabalhistas	7.640	4.485

Além das causas já mencionadas acima, a Companhia é parte de varias outras demandas judiciais e administrativas de naturezas diversas (civil, trabalhista, tributária, concorrencial etc), cuja análise jurídica da companhia e de seus advogados externos apresentam prognóstico de perda remota. c) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de blocos judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas - Em 30 de junho de 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2023	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	1.771	-	14.097
Marcação a valor de mercado FIDC	-	-	-	35.871
Variação cambial ativa	-	-	-	4.492
Rendimentos de aplicações financeiras	5.912	2.089	6.316	2.304
Descontos financeiros obtidos	2	2	98	63
Outras receitas financeiras	-	-	2.271	3.579
PIS e COFINS sobre receita financeira	(593)	(151)	(32)	(2.061)
Total	5.321	3.711	8.653	58.345
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	(105)	(5.155)	(926)	6.629
Marcação a valor de mercado FIDC	-	-	-	(37.512)
Variação cambial passiva	(3)	-	(1.893)	(196)
Juros de empréstimos e financiamentos	(17.219)	(26.814)	(38.664)	(25.111)
Correções sobre saldos a pagar de aquisições de empresas	-	-	-	(7.111)
Multa e juros	(831)	(30)	(2.247)	(246)
Desconto concedido	-	-	-	(616)
Outras despesas financeiras	(4)	(4.974)	(1.256)	(5.492)
Total	(18.162)	(36.973)	(45.602)	(69.039)
Resultado financeiro, líquido	(12.841)	(33.262)	(36.949)	(10.694)

Categoria	31/12/2022			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	138.827	138.827	168.875	168.875
Títulos e valores mobiliários	-	-	71.922	71.922
Contas a receber de clientes	70.000	70.000	273.557	273.557
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	190.039	190.039	7.866	7.866
Passivos financeiros				
Fornecedores	312	312	65.821	65.821
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Arrendamentos	418.912	418.912	1.015.154	1.015.154
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	56.011	56.011
Outorgas a pagar	184.148	184.148	35.874	35.874
Adiantamento de clientes	-	-	11.676	11.676
Adiantamento de clientes	-	-	24.140	24.140

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps, com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. a) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non-performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: **Nível 1** - Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 30 de junho de 2023, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. **Nível 2** - Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 30 de junho de 2023 são todos classificados como Nível 2. **Nível 3** - Os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de junho de 2023, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2023:

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado			
	Tratamento e destinação final de carbono	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental
Receita operacional líquida	284.764	56.362	25.944	18.020
Custo dos serviços prestados	(126.865)	(7.023)	(33.818)	(17.228)
Lucro bruto antes da depreciação	157.899	49.339	(7.874)	792
Custos de depreciação	-	-	-	(91.342)
Lucro bruto	-	-	-	200.156
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	792
Gerais e administrativas	-	-	-	(60.764)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	1.732
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	(59.032)
Resultado financeiro	-	-	-	13.231
Receitas financeiras	-	-	-	(97.976)
Despesas financeiras	-	-	-	(84.745)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	6.035
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	(28.928)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	(18.271)
Diferido	-	-	-	1.168
Prejuízo do período	-	-	-	(46.031)

	Consolidado			
	Tratamento e destinação final de carbono	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental
Receita operacional líquida	197.047	20.494	10.457	21.840
Custo dos serviços prestados	(97.459)	(2.413)	(13.875)	(20.230)
Lucro bruto antes da depreciação	99.588	18.081	(3.418)	1.610
Custos de depreciação	-	-	-	(37.734)
Lucro bruto	-	-	-	78.127
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(56.059)
Gerais e administrativas	-	-	-	14.795
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	(41.264)
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	(16.302)
Resultado financeiro	-	-	-	(6.888)
Receitas financeiras	-	-	-	72.659
Despesas financeiras	-	-	-	(110.388)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	(37.729)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	(6.504)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	(16.302)
Diferido	-	-	-	(6.888)
Prejuízo do período	-	-	-	(29.694)

25. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

URE-BA - Entrega de energia em atendimento à licitação: No exercício de 2021, a Foxx URE-BA participou e se sagrou vencedora do Leilão de Geração nº 8/2021-ANEEL de 2021. A partir de 01 de janeiro de 2026, a URE-BA comercializará anualmente 105 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço de R\$549,35/MWh, totalizando R\$1.155.745, corrigido anualmente pelo IPCA. O contrato possui vigência de 20 anos. A URE-BA terá uma potência instalada de 20 MWs, com capacidade de tratamento de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. **Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. **Fornecimento de Biogás:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm3 (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

Categoria		30/06/2023			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	78.576	78.576	134.757	134.757
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	64.090	64.090	82.976	82.976
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	229.557	229.557
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	233.970	233.970	9.944	9.944
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	7.166	7.166
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.541	1.541	50.980	50.980
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	453.436	453.436	1.007.540	1.007.540
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	59.913	59.913
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	43.633	43.633	-	-
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	12.041	12.041
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	20.097	20.097

Hierarquia do valor justo		Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	78.576	138.827	78.576	168.875
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	64.090	70.000	64.090	236.496
Contas a receber de partes relacionadas		233.970	190.039	233.970	190.039
Passivos financeiros					
Fornecedores		1.541	312	1.541	312
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	453.436	418.912	453.436	418.912
Contas a pagar a partes relacionadas		43.633	151.893	43.633	11.676

Hierarquia do valor justo		Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	134.757	2.917	134.757	2.917
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	82.976	407.499	82.976	407.499
Contas a receber de clientes		229.557	178.022	229.557	178.022
Contas a receber de partes relacionadas		9.944	7.866	9.944	7.866
Depósitos judiciais e cauções		7.166	6.579	7.166	6.579
Passivos financeiros					
Fornecedores		50.980	65.821	50.980	65.821
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.007.540	1.015.154	1.007.540	1.015.154
Arrendamentos		59.913	56.011	59.913	56.011
Contas a pagar a partes relacionadas		11.386	35.874	11.386	35.874
Outorgas a pagar		12.041	11.676	12.041	11.676
Adiantamento de clientes		20.097	24.140	20.097	24.140

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambiente/teases para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descumprimento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a Ecopesa e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas

Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de repêrimento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia: **Ativos financeiros:**

	Controladora				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	78.576	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	64.090	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	233.970	-
Total	142.666	-	-	233.970	-

Ativos financeiros:

	Consolidado				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	134.757	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	82.976	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	158.880	57.360	13.317	-
Total	217.733	158.880	57.360	13.317	-

Passivos financeiros:

	Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros	1.541	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	1.541
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	453.436
Partes relacionadas	-	-	-	-	43.633
Total	1.541	-	-	-	497.069

Passivos financeiros:

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros	45.564	5.080	336	-	-
Fornecedores	3.135	6.270	42.683	142.115	813.337
Empréstimos e financiamentos	4.993	9.986	18.063	26.871	-
Outorgas a pagar	12.041	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	20.097	-	-	-	-
Total	85.830	21.336	61.082	168.986	813.337

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, caixa a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R\$167.628 e R\$162.610, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). **Risco de preços:** Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. **Risco de taxa de juros:** Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 5